

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2022

Cabo Verde

Em 2022, Cabo Verde fez um avanço moderado nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Regime Jurídico Geral de Protecção de Crianças e Adolescentes foi aprovado pelos legisladores durante o período em análise. O Regime contém disposições referentes a trabalho forçado e à exploração sexual comercial e formaliza procedimentos para lidar com situações nas quais crianças ou adolescentes estão em perigo. O governo também informou a obtenção da sua primeira condenação referente às piores formas de trabalho infantil dos últimos anos, impondo uma sentença de 10 anos contra um indivíduo pela exploração sexual comercial de uma criança de 14 anos de idade. Para além disso, o governo deu início à preparação de um Plano de Acção Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, e o Instituto Cabo-verdiano de Crianças e Adolescentes e Instituto Nacional de Estatística realizaram um inquérito de crianças, que incluiu estatísticas de trabalho infantil. No entanto, as crianças em Cabo Verde estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial, por vezes como consequência do tráfico de pessoas. As crianças também desempenham trabalhos perigosos na agricultura. Embora Cabo Verde tenha empreendido esforços em todas as áreas relevantes durante o período em análise, as leis que proíbem o trabalho forçado não são suficientes uma vez que não penalizam práticas semelhantes à escravatura ou à servidão por dívida e ao trabalho forçado ou obrigatório. Ademais, a coordenação entre os organismos de segurança pública é limitada e os programas sociais de auxílio às crianças envolvidas no trabalho agrícola e doméstico não são suficientes para fazer face à dimensão deste problema.

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Garantir que as leis que proíbem o trabalho forçado penalizem a escravatura e práticas afins, incluindo a servidão por dívida e o trabalho forçado ou obrigatório.	2021 – 2022
	Prescrever por lei a quantidade de horas semanais e as condições em que é permitido que crianças realizem trabalhos leves.	2015 – 2022
Fiscalização	Garantir que a Inspeção-Geral do Trabalho seja dotada de um orçamento adequado para atender às suas necessidades.	2021 – 2022
	Garantir que o número de inspectores do trabalho seja suficiente para fazer face à amplitude do problema.	2011 – 2022
	Garantir que os investigadores criminais recebam o financiamento adequado, assim como recursos humanos, para levarem a cabo investigações abrangentes, incluindo investigações de trabalho infantil.	2014 – 2022

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	Desenvolver um sistema para compilar e partilhar dados abrangentes relativos ao combate ao tráfico de pessoas e identificação de vítimas entre os organismos de segurança pública para melhorar os esforços de colaboração.	2018 – 2022
	Garantir que o judiciário disponha de recursos e pessoal suficientes para que os casos sejam processados de forma tempestiva.	2019 – 2022
Programas sociais	Garantir que os alunos com necessidades educativas especiais e crianças em áreas remotas tenham igualdade de acesso ao ensino, incluindo a provisão de transporte adequado.	2020 – 2022
	Realizar campanhas de sensibilização relacionadas com o tráfico de pessoas, nomeadamente sobre turismo sexual infantil, em todas as nove ilhas habitadas.	2018 – 2022
	Instituir programas que abordem o trabalho infantil na agricultura e no trabalho doméstico.	2010 – 2022